



ESAF
Escola de Administração Fazendária

Controladoria-Geral da União

Concurso Público - 2006

Gabarito

2

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Prova P.2

Área: Auditoria e Fiscalização

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O bom humor espalha mais felicidade do que todas as riquezas do mundo.”
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre Teoria Geral da Constituição, Poderes do Estado e suas respectivas funções e Supremacia da Constituição, assinale a única opção correta.

- a) Nem toda constituição classificada como dogmática foi elaborada por um órgão constituinte.
- b) O poder político de um Estado é composto pelas funções legislativa, executiva e judicial e tem por características essenciais a unicidade, a indivisibilidade e a indelegabilidade.
- c) A distinção de conteúdo entre uma norma constitucional em sentido formal e uma norma constitucional em sentido material tem reflexos sobre a aplicabilidade das normas constitucionais.
- d) Uma constituição rígida não pode ser objeto de emenda.
- e) Segundo a doutrina, não há relação entre a rigidez constitucional e o princípio da supremacia da constituição.

02- Sobre Teoria Geral do Estado e princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) Não é elemento essencial do princípio federativo a existência de dois tipos de entidade – a União e as coletividades regionais autônomas.
- b) É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expresso no texto constitucional, a garantia do desenvolvimento nacional e a busca da auto-suficiência econômica.
- c) O pluralismo político, embora desdobramento do princípio do estado Democrático de Direito, não é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) Rege a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, o princípio da livre iniciativa.
- e) O princípio republicano tem como características essenciais: a eletividade, a temporariedade e a necessidade de prestação de contas pela administração pública.

03- Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) A liberdade de associação para fins lícitos é plena, não tendo nenhuma restrição no texto constitucional.
- b) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio apenas temporário para sua utilização.
- c) A Constituição Federal veda a identificação criminal do civilmente identificado.
- d) A Constituição Federal reconhece a instituição do júri, assegurado-lhe a imutabilidade dos seus veredictos.
- e) O exercício do direito de petição aos Poderes Públicos, independentemente de taxas, para defesa de direitos, depende, nos termos constitucionais, de disciplina legal.

04- Sobre direitos e garantias fundamentais, na Constituição Federal de 1988, assinale a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, a lei não poderá restringir a publicidade dos atos processuais.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, permanecendo a estabilidade provisória até um ano após o pleito, caso ele não seja eleito.
- b) A Constituição Federal proíbe, sob qualquer modalidade, o trabalho do menor de dezesseis anos.
- d) A legalidade do exercício do direito de greve pelo trabalhador, nos termos da Constituição Federal, é aferida em face do período de dissídio da categoria.
- e) Nos termos da Constituição Federal, o piso salarial deverá ser proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

05- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos, desde que não situados em terras de propriedade dos Estados, pertencem à União.
- b) A reintegração de um Território Federal ao seu Estado de origem, depende de emenda constitucional.
- c) Por ser a República Federativa do Brasil um Estado laico, a Constituição Federal veda qualquer forma de aliança com cultos religiosos.
- d) Compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território.
- e) A competência para legislar sobre orçamento é privativa da União.

06- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) É competência remanescente dos Estados implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- b) Em face de emenda constitucional, o subsídio dos Deputados Estaduais têm por limite a remuneração dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado.
- c) Pertencem aos Estados as ilhas fluviais localizadas em seu território, que não se situem na zona limítrofe com outros países.
- d) Os subsídios dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- e) É vedado ao Governador do Estado assumir qualquer cargo ou função na administração pública direta, sob pena de perda do seu mandato eletivo.

07- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) O valor máximo do subsídio de um vereador, previsto no texto constitucional, corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio de um Deputado Estadual, só sendo possível fixar esse valor se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
- b) A Constituição Federal só prevê a possibilidade de dois turnos de votação, para eleição dos prefeitos, nos municípios que tiverem mais de duzentos mil habitantes.
- c) O subsídio dos Vereadores deverá ser fixado por lei de iniciativa das respectivas Câmaras Municipais, só sendo aplicável o reajuste na legislatura subsequente.
- d) Compete ao Município manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, fundamental e médio.
- e) Para fins de aplicação do limite constitucional para o total das despesas do Poder Legislativo Municipal são contabilizados os gastos com os inativos do Poder Legislativo e excluídos os gastos com os subsídios dos vereadores, que têm limite próprio.

08- Sobre organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a única opção correta.

- a) Observados os limites constitucionais, a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar será disciplinada em lei distrital.
- b) Em relação aos Territórios Federais com mais de cem mil habitantes, lei complementar federal disporá sobre as eleições para a Câmara Territorial e sua competência deliberativa.
- c) O decreto de intervenção do Estado no município sempre deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução, sendo submetido à apreciação da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.
- d) O pressuposto formal para que a União decrete a intervenção em um Estado por ter ele deixado de prestar contas da administração pública direta e indireta é a simples constatação da ocorrência do fato.
- e) A intervenção da União no Estado, com vistas a reorganizar as finanças da unidade da Federação, dar-se-á apenas na hipótese de suspensão do pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.

09- Sobre Administração Pública, assinale a única opção correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas só são acessíveis aos brasileiros e, ainda assim, se forem preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- b) A prescrição dos ilícitos causados por agente público ao Erário elide a possibilidade do ressarcimento do dano causado.
- c) Os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei.
- d) A Constituição veda, em razão do direito à privacidade, o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais pelas administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Por força de disposição constitucional, as áreas de atuação de uma fundação devem ser definidas por lei complementar.

10- Sobre o Poder Legislativo, assinale a única opção correta.

- a) O Senador não perderá o mandato se for licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, desde que o afastamento não ultrapasse cento e oitenta dias por sessão legislativa.
- b) Compete ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, fixar, por lei de iniciativa do Presidente da República, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
- e) A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á pelo Presidente da República em caso de decretação de estado de defesa.

11- Sobre o Ministério Público da União, assinale a única opção correta.

- a) O impedimento para o exercício da advocacia junto ao juízo ou tribunal no qual atuava, antes de decorrido três anos de seu afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração não se aplica ao membro do Ministério Público.
- b) Lei complementar federal, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, estabelecerá a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.
- c) É garantia do membro do Ministério Público, a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
- d) Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na LDO.
- e) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional.

12- Sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, assinale a única opção correta.

- a) O Tribunal de Contas da União só pode realizar inspeções de natureza operacional nas unidades do Poder Executivo, quando solicitado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por Comissão Permanente ou Temporária do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.
- b) Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos entre brasileiros que, entre outros requisitos, possuam notórios conhecimentos jurídicos, contábeis ou financeiros ou de administração pública.
- c) Nos termos da Constituição Federal, é da competência do Tribunal de Contas da União a avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
- d) As decisões do Tribunal de Contas da União das quais resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial, quando forem proferidas em sede de processo de tomada de contas especial.
- e) Os responsáveis pelo controle interno que deixarem de dar ciência ao Tribunal de Contas da União de irregularidades que tomarem conhecimento assumirão responsabilidade subsidiária em relação a eventual prejuízo ao Erário, decorrente dessa irregularidade.

13- Sobre o Poder Executivo, assinale a única opção correta.

- a) Na eleição para Presidente da República, se antes do segundo turno ocorrer a morte do candidato a Presidente da República, o candidato a Vice-Presidente assume a cabeça da chapa e, no caso de sua eleição, em seus impedimentos, ele será substituído, sucessivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Presidente do Senado Federal e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) Nos termos da Constituição Federal, o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções quando o ilícito for de natureza penal.
- c) Compete ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a criação ou extinção de órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.
- d) Compete ao Presidente da República exercer o comando supremo das Forças Armadas e ao Ministro de Estado da Defesa, por força das suas atribuições administrativas, a nomeação dos oficiais-generais para os cargos que lhes são privativos.
- e) Os eleitos para assumirem os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, no caso de vacância dos dois cargos, serão sempre eleitos apenas para completar o período que resta do mandato, seja essa eleição uma eleição geral ou uma eleição indireta, feita no âmbito do Congresso Nacional.

14- Sobre o Poder Judiciário, assinale a única opção correta.

- a) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- b) Se o recorrente, no recurso extraordinário, não demonstrar, nos termos da lei, a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, o recurso poderá não ser admitido, liminarmente, pelo Relator designado para o processo.
- c) Só poderá ser promovido por merecimento o juiz que demonstrar dois anos de exercício na respectiva entrância e que integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade para a promoção.
- d) Em razão de alteração do texto constitucional, recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito sem vinculação com as disposições convencionadas anteriormente.
- e) Só é possível a criação de Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

15- Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a única opção correta.

- a) As contribuições sociais instituídas pela União não incidirão sobre receitas decorrentes de exportação nem sobre importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos que incidam sobre o patrimônio das autarquias ou fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) O imposto sobre propriedade de veículos automotores terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal.
- d) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) incidirá sobre operações que destinem a outros Estados petróleo.
- e) o imposto sobre a propriedade territorial rural não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei.

16- Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a única opção correta.

- a) A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados, um percentual, definido no texto constitucional, do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados (IPI).
- b) Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela Administração Direta e Indireta da União, dos Estados e dos Municípios.
- c) A vinculação da progressividade do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana ao valor do imóvel é inconstitucional porque esse critério fere o princípio da isonomia tributária.
- d) É vedado à União reter, restringir ou condicionar a entrega dos recursos decorrentes da repartição tributária, definida no texto constitucional.
- e) Por expressa determinação constitucional, é atribuição do Poder Executivo efetuar o cálculo das quotas de cada Unidade da Federação, referentes ao Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal.

17- Sobre Finanças Públicas, assinale a única opção correta.

- a) Emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias só poderão ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários para a sua execução, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- b) É constitucionalmente vedado constar da lei orçamentária anual dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares.

- c) O projeto de lei relativo às diretrizes orçamentárias será apreciado por Comissão Mista Temporária do Congresso Nacional, criada especificamente para esse fim, que deverá elaborar o seu parecer antes do encerramento do primeiro período da sessão legislativa.
- d) Na lei que instituir o plano plurianual, serão estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal relativas aos programas de duração continuada.
- e) Para o cumprimento dos limites estabelecidos em lei complementar para despesa com pessoal ativo e inativo da Administração Direta, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, de acordo com a conveniência administrativa, uma das seguintes medidas: redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não-estáveis ou exoneração dos servidores estáveis.

18- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal veda de forma expressa aos Estados repasse de recursos públicos a entidades privadas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- b) A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, sendo vedada a participação de pessoa jurídica no capital social da empresa.
- c) O casamento civil, cuja celebração, conforme definido no texto constitucional, é gratuita, pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano, nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.
- d) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, sendo exclusivo do Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações.
- e) A decisão pela não renovação da concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação, no mínimo, da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas do Congresso Nacional, em votação secreta.

19- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração, entre outras, das ações do poder público que promovam a democratização do acesso aos bens da cultura.
- b) A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.
- c) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade aos ensinos médio e superior.
- d) Os Estados poderão vincular a fundo estadual de fomento à cultura percentual, definido na Constituição Federal, de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, incluindo-se entre os gastos a serem cobertos com esses recursos despesas com pessoal e encargos sociais, desde que diretamente decorrentes de ações ligadas aos programas e projetos culturais.
- e) Entre as diretrizes constitucionais para o cumprimento pelo Estado de seu dever de fomentar práticas desportivas formais, encontra-se a vedação de destinação de recursos para o desporto de alto rendimento.

20- Sobre políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) Um dos princípios constitucionais da ordem econômica é o tratamento favorecido das empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
- b) A política agrícola, planejada e executada na forma da lei, deverá levar em conta, entre outros aspectos, o cooperativismo.
- c) A desapropriação pela União, por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural, incluindo as suas benfeitorias, que não esteja cumprindo sua função social, será feita mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- d) As desapropriações de imóveis urbanos serão sempre feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- e) Nos termos constitucionais, considera-se como atendendo à função social a propriedade rural que, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, cumprir a um dos seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado ou exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21- Pelo sistema constitucional brasileiro, a categoria das agências reguladoras apresentam competência de natureza:

- a) legislativa e administrativa.
- b) legislativa, administrativa e jurisdicional.
- c) exclusivamente administrativa.
- d) administrativa e jurisdicional.
- e) exclusivamente legislativa.

22- Assinale, entre as hipóteses abaixo, aquela que corresponde à competência legislativa do Congresso Nacional, prevista na Constituição Federal, sobre a organização administrativa do Poder Executivo.

- a) Criação, extinção e atribuições de órgãos da Administração Pública.
- b) Criação e extinção de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.
- c) Criação e extinção de órgãos da Administração Direta.
- d) Criação, extinção e atribuições de Ministérios, órgãos e entidades da Administração Pública.
- e) Criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública.

23- Correlacione as duas colunas e identifique a ordem correta das respostas, tratando-se de institutos e princípios correlatos de Administração Pública.

- 1 – segurança jurídica
- 2 – impessoalidade
- 3 – moralidade
- 4 – eficiência
- 5 – razoabilidade

- () economicidade
- () preclusão administrativa
- () isonomia
- () costumes da sociedade
- () proporcionalidade

- a) 5/2/4/1/3
- b) 1/4/2/3/5
- c) 5/3/2/1/4
- d) 4/1/2/3/5
- e) 4/5/3/2/1

24- Por decorrência do poder hierárquico da Administração Pública, surge o instituto da delegação de competências.

Assinale, entre as atividades abaixo, aquela que não pode ser delegada.

- a) Decisão de recursos administrativos.
- b) Edição de atos de nomeação de servidores.
- c) Matéria de competência concorrente de órgão ou entidade.
- d) Homologação de processo licitatório.
- e) Aplicação de pena disciplinar a servidor.

25- Tratando-se do poder de polícia administrativa, assinale a afirmativa falsa.

- a) O ato de polícia administrativa provém privativamente de autoridade pública.
- b) Decorre de uma limitação aos direitos de cada cidadão.
- c) Assim como a polícia judiciária, a polícia administrativa também pode ser repressiva.
- d) Caracteriza-se, fundamentalmente, como uma obrigação de não-fazer.
- e) Distingue-se da servidão administrativa, por não se caracterizar como um dever de suportar.

26- No conceito de ato administrativo, arrolado pelos juristas pátrios, são assinaladas diversas características. Aponte, no rol abaixo, aquela que não se enquadra no referido conceito.

- a) Provém do Estado ou de quem esteja investido em prerrogativas estatais.
- b) Consiste em providências jurídicas complementares da lei, em caráter necessariamente vinculado.
- c) Trata-se de declaração jurídica unilateral, mediante manifestação que produz efeitos de direito.
- d) É exercido no uso de prerrogativas públicas, sob regência do Direito Público.
- e) Sujeita-se a exame de legitimidade por órgão jurisdicional, por não apresentar caráter de definitividade.

27- O ato administrativo conceituado como "ato unilateral, discricionário, pelo qual a Administração faculta o exercício de alguma atividade material, em caráter precário", denomina-se

- a) concessão.
- b) permissão.
- c) licença.
- d) autorização.
- e) aprovação.

28- No âmbito das teorias relativas à invalidação do ato administrativo, entende-se a figura da cassação como

- a) retirada do ato por razões de conveniência e oportunidade.
- b) retirada do ato porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de dar continuidade à situação jurídica.
- c) retirada do ato porque foi emitido outro ato, com fundamento em competência diversa daquela que gerou o ato anterior, mas cujos efeitos são contrapostos aos daquele.
- d) retirada do ato porque sobreveio norma jurídica que tornou inadmissível situação anteriormente permitida.
- e) retirada do ato porque fora praticado em desconformidade com a ordem jurídica.

29- Tratando-se de mandado de segurança, assinale a afirmativa falsa, conforme as súmulas do Supremo Tribunal Federal.

- a) Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- b) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- c) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.
- d) Decisão denegatória de mandado de segurança, não fazendo coisa julgada contra o impetrante, não impede o uso de ação própria.
- e) O mandado de segurança não é substitutivo de ação de cobrança.

30- Em relação à ação popular, assinale a afirmativa falsa.

- a) O Ministério Público acompanhará a ação, sendo-lhe vedado assumir a defesa do ato impugnado ou de seus autores.
- b) A ação popular será proposta, também, contra os beneficiários do ato impugnado.
- c) É facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.
- d) A pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de ação popular, poderá, a juízo de seu representante, atuar ao lado do autor ou defender o ato impugnado, desde que assim recomende o interesse público.
- e) Serão réus na ação popular as autoridades que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado.

- 31- Na hipótese da contratação direta, com dispensa de licitação, em razão de situação de emergência ou de calamidade pública, o contrato decorrente
- tem prazo máximo de duração de 360 dias.
 - tem prazo máximo de 360 dias, podendo ser prorrogado se persistir a situação de emergência.
 - tem prazo máximo de duração de 180 dias, permitida uma única prorrogação.
 - tem prazo máximo de duração de 120 dias, vedada a sua prorrogação.
 - tem prazo máximo de duração de 180 dias, vedada a sua prorrogação.
- 32- Não se considera pressuposto necessário ao procedimento licitatório, para obras e serviços, nos termos da legislação respectiva,
- existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.
 - haver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar da licitação.
 - haver projeto executivo, com o detalhamento técnico das atividades a serem realizadas pelos contratados.
 - que o produto esteja previsto no respectivo Plano Plurianual, quando for o caso.
 - haver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes da obra ou serviço a serem executadas no exercício financeiro em curso, conforme o cronograma.
- 33- A regra básica relativa à vigência dos contratos administrativos é:
- duração de um ano.
 - duração adstrita aos respectivos créditos orçamentários.
 - duração definida em cada edital de licitação.
 - duração de até 60 meses.
 - duração de até 24 meses.
- 34- O instituto previsto na legislação sobre contrato administrativo, referente à formalização da variação do valor contratual, decorrente de reajuste de preços, previsto no contrato, que não caracteriza a sua alteração, denomina-se
- nota de aditamento.
 - termo de ajustamento.
 - aditivo.
 - apostila.
 - termo de variação monetária.
- 35- Não integra a natureza legal do instituto da permissão de serviço público:
- precedida de licitação pública.
 - formalizada mediante contrato de adesão.
 - objeto limitado à prestação de serviços públicos não complexos.
 - revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
 - precariedade de seu objeto.
- 36- O prazo previsto na legislação federal brasileira para a concessão de estações aduaneiras e outros terminais alfandegados de uso público, não-instalados em área de porto ou aeroporto, precedidas ou não de obras públicas, é de
- 25 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.
 - 20 anos, com uma prorrogação de igual período.
 - 30 anos, sem prorrogação.
 - 10 anos, com uma prorrogação de igual período.
 - 15 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos.
- 37- Não integra o rol de requisitos básicos para investidura em cargo público:
- gozo dos direitos políticos.
 - comprovação de ausência de condenação penal.
 - aptidão física e mental.
 - nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 - idade mínima de dezoito anos.
- 38- A exoneração de ofício de servidor público, ocupante de cargo efetivo, dar-se-á
- a pedido do próprio servidor.
 - a juízo da autoridade competente.
 - em virtude da extinção do cargo.
 - em razão de processo administrativo, sendo-lhe assegurada ampla defesa.
 - quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- 39- O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de
- débito com o erário.
 - não pagamento de empréstimo consignado em folha salarial.
 - prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.
 - ressarcimento de dano a terceiro em razão de ato comissivo.
 - indenização decorrente de condenação de natureza penal.

40- A licença a favor do servidor público para o exercício de atividade política será

- a) não-remunerada, até o limite de três meses.
- b) remunerada, até o limite de quatro meses, entre a escolha em convenção partidária e a data da eleição.
- c) remunerada, desde a escolha em convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- d) não-remunerada, entre o dia da escolha em convenção partidária até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- e) remunerada, até o limite de três meses, entre o registro de sua candidatura e o décimo dia seguinte ao da eleição.

POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA

41- Especialmente nos países que adotaram o modelo nacional-desenvolvimentista, o setor produtivo estatal foi uma das áreas nas quais se operaram as maiores transformações no âmbito da reforma do Estado iniciada na década de 80. Sobre o setor produtivo estatal no Brasil é incorreto afirmar que

- a) compreende dois tipos de firmas: (I) empresas públicas, nas quais o Estado possui 100% das ações; e (II) empresas de economia mista, em que o Estado detém pelo menos 51% das ações com direito a voto.
- b) as regras básicas que regem as empresas públicas e as de economia mista foram estabelecidas pela Lei n. 6.404/76.
- c) a expansão do setor produtivo estatal ganhou impulso sob os governos militares, quando as empresas alcançaram a máxima autonomia quanto a investimentos, preços, contratos e remunerações.
- d) a participação direta do estado na provisão de bens e serviços públicos cresceu continuamente desde o governo Vargas até o final do governo Itamar, sob as duas formas, com predomínio das empresas de economia mista.
- e) até a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), ao governo federal cabia apenas o poder de nomear os dirigentes das empresas.

42- No período de cinco décadas entre 1930 e 1980 o mundo capitalista assistiu ao surgimento e proliferação de um grande número de empresas públicas. Existem várias causas para esse fenômeno. Indique, na lista abaixo, quais são elas, depois assinale a sequência correta.

- 1- Controle de monopólio no suprimento de serviços públicos e infra-estrutura.
- 2- Controle do suprimento e dos preços de insumos básicos.
- 3- Formação de executivos e técnicos de alto nível.
- 4- Oferta de empregos.
- 5- Redução das desigualdades sociais.
- 6- Promoção do desenvolvimento regional.

- 7- Geração de demanda para a indústria nacional.
- 8- Promoção da competitividade da economia.

A sequência correta é

- a) 1 – 2 – 6 – 7.
- b) 2 – 4 – 6 – 7.
- c) 1 – 4 – 5 – 8.
- d) 1 – 2 – 3 – 7.
- e) 1 – 2 – 7 – 8.

43- Entre as causas da persistência da desigualdade e da ineficácia das políticas sociais nos países latino- americanos, inclusive o Brasil, vários estudos apontam as características institucionais das políticas sociais. Analise as características enumeradas abaixo e indique se são Falsas (F) ou Verdadeiras (V). Depois, assinale a sequência correta.

- () Descentralização para os governos locais.
- () Focalização, especialmente na área da previdência social.
- () Financiamento via fundos sociais, muitas vezes de natureza emergencial.
- () Implementação totalmente administrada, com baixo envolvimento do setor privado e das entidades não governamentais.
- () Baixa capacidade regulatória do Estado sobre programas sociais.

- a) F-F-F-V-F
- b) F-F-V-F-F
- c) V-V-V-F-F
- d) V-F-V-F-F
- e) V-F-V-V-F

44- Um dos aspectos da política social brasileira que tem gerado mais insatisfação na sociedade é a má qualidade dos serviços públicos básicos, especialmente em educação e saúde. Sobre tal problema, analise os enunciados abaixo e assinale a resposta certa.

- 1- A má qualidade dos serviços resulta tanto de problemas de gestão organizacional como de lacunas institucionais que dificultam a coordenação intergovernamental.
 - 2- Faltam mecanismos de acesso e de organização interna das entidades de participação e controle social para que sejam asseguradas não apenas a cobertura, mas a qualidade desses serviços.
 - 3- Nos últimos vinte anos reduziu-se a visibilidade das demandas por qualidade dos serviços públicos de saúde e educação porque as camadas médias e altas desertaram desses serviços.
 - 4- A má qualidade dos serviços públicos de saúde e educação resulta da impossibilidade da alocação dos recursos crescer na mesma proporção em que se expande o número de beneficiários, devido à universalização dos direitos de acesso, ao aumento da expectativa de vida e ao crescimento de população.
- a) Os enunciados 1 e 4 estão corretos.
 - b) Os enunciados 2 e 3 estão corretos.
 - c) Os enunciados 1 e 2 estão corretos.
 - d) Apenas o enunciado 1 está correto.
 - e) Apenas o enunciado 4 está correto.

45- Com a falência do modelo nacional desenvolvimentista estabeleceu-se no Brasil a partir do final da década de 1980, um novo padrão de atuação do estado, que passa de executor a regulador. Analise os enunciados sobre o processo e o modelo que compõem esse novo padrão e indique a resposta certa.

- 1- Diferentemente do que ocorreu na reforma do Estado em outros países, no Brasil somente depois da regulamentação da Constituição Federal de 1988 é que foram fixadas as regras disciplinadoras da ordem econômica, atribuindo ao Estado o papel de fiscalização.
 - 2- O processo de desestatização se caracteriza pelo incremento da delegação ou prestação indireta, na qual as empresas privadas concessionárias ou permissionárias atuam como *longa manus* em setores que permanecem sob a responsabilidade constitucional do Estado.
 - 3- Enquanto forma de retirada do Estado da prestação de serviços públicos, a privatização difere da delegação porque nela o Estado se retira por completo da prestação do serviço, não restando responsabilidade nem direta nem residual.
- a) Somente a primeira está certa.
 - b) A primeira e a segunda estão certas.
 - c) Somente a segunda está certa.
 - d) A primeira e a terceira estão certas.
 - e) A segunda e a terceira estão certas.

46- Por seu impacto sobre a cidadania social, a política social acaba por apresentar conseqüências relevantes para as demais dimensões da cidadania. Analise os enunciados abaixo e indique a resposta correta.

- 1- O mercado ao mesmo tempo depende e reforça os direitos individuais, fornecendo uma base para a expansão de uma dimensão da cidadania, a civil, que equaliza as pessoas diante da lei, independentemente de seu status.
 - 2- As liberdades de ir e vir, de firmar contratos, inclusive contratos de trabalho, de possuir, dispor e transacionar propriedades, de ter opiniões e crenças e expressá-las são manifestações de cidadania política.
 - 3- A cidadania política se define como o direito de influir nas decisões sobre os destinos coletivos mediante participação direta no exercício do poder ou por intermédio das instituições representativas dos governos local e nacional.
 - 4- A cidadania social compreende o conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade nos seus padrões básicos de vida.
- a) Apenas os enunciados 2,3 e 4 estão corretos. .
 - b) Apenas os enunciados 3 e 4 estão corretos.
 - c) Apenas os enunciados 1 e 2 estão corretos.
 - d) Apenas os enunciados 1, 3 e 4 estão corretos
 - e) Apenas os enunciados 1,2 e 3 estão corretos.

47- As políticas de infra-estrutura no Brasil contam com um amplo referencial normativo relativo aos processos e modelos adotados para a desestatização e regulação em cada setor. Analise as peças desse marco jurídico apresentadas abaixo e numere a segunda coluna de acordo com a primeira. Depois, assinale a seqüência correta.

- 1 - Lei n. 10.848/04
- 2 - Lei n. 8.997/95
- 3 - Lei n. 9.484/00
- 4 - Lei n. 8.074/95
- 5 - Lei n. 9.472/97
- 6 - Lei n. 10.233/01
- 7 - Lei n. 9.427/96
- 8 - Lei n. 8.579/97

- () Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da CF.
- () Cria a Agência Nacional do Petróleo para regular e fiscalizar as atividades econômicas realizadas pela Petrobrás e pelas demais empresas operando no setor mediante concessão ou autorização.
- () Altera a Lei n. 9.427/96 e estabelece o novo modelo do setor elétrico.
- () Estabelece normas para a outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos.

- () Cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e institui a Agência de Transportes Terrestres e a Agência de Transportes Aquaviários para regular e supervisionar, nas suas respectivas áreas, as atividades de prestação de serviços e exploração da infra-estrutura, exercida por terceiros.
- () Cria a Agência Nacional de Águas com a competência para supervisionar, controlar e avaliar as atividades decorrentes do aproveitamento dos recursos hidráulicos bem como outorgar, mediante autorização, o direito de uso da água em rios de domínio na União.
- () Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica para regular e fiscalizar o setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
- () Cria a Agência Nacional de Telecomunicações, com o objetivo de regular e fiscalizar o setor de telecomunicações.

- a) 2-1-6-7-5
- b) 2-8-1-4-6
- c) 6-3-7-5-1
- d) 2-1-5-7-6
- e) 3-4-8-5-2

48- A análise da evolução das políticas sociais brasileiras durante a segunda metade do século XX permite sustentar que:

- 1- Desde o governo Vargas vem ocorrendo um processo lento e persistente de expansão das políticas sociais que foram deixando de ser privilégio dos trabalhadores formais e se estenderam a setores mais amplos da população.
- 2- Apesar do aumento da desigualdade ao longo das décadas de 60 e 70, existem evidências de que todos os estratos de renda no Brasil beneficiaram-se do crescimento econômico.
- 3- A regulamentação da Constituição Federal brasileira, a partir da década de 90, trouxe importantes mudanças nas políticas sociais e na distribuição dos recursos entre os entes federativos, fortalecendo o papel de coordenação do governo federal.

Analise os enunciados acima e assinale a resposta certa.

- a) Os enunciados 1 e 2 estão corretos.
- b) Os enunciados 2 e 3 estão corretos.
- c) Os enunciados 1 e 3 estão corretos.
- d) Somente o enunciado 1 está correto.
- e) Somente o enunciado 3 está correto.

49- São características do sistema de proteção social no Brasil pré-Constituição Federal de 1988, exceto:

- a) o alto grau de centralização desde a definição de prioridades e diretrizes até a execução, pelo nível federal.
- b) a superposição de programas, clientela e serviços intra e inter esferas federal, estadual e municipal.
- c) a omissão do Estado na implementação, com parcela significativa dos serviços contratados com o setor privado, filantrópico ou lucrativo.
- d) o nível de renda e/ou inserção no mercado de trabalho como critérios de acesso aos benefícios e a alguns dos serviços prestados.
- e) as fontes instáveis de financiamento, provenientes de recursos fiscais e tributários, complementados por outros de natureza variada.

50- Com a transferência da execução de alguns serviços públicos para o setor privado, tornou-se necessário criar, na administração pública, agências especiais destinadas a regular, controlar e fiscalizar tais serviços no interesse dos usuários e da sociedade. São aspectos comuns às agências reguladoras de infra-estrutura, exceto,

- a) os que possuem autonomia financeira, ou seja, contam com recursos próprios e têm liberdade para aplicá-los.
- b) os seus dirigentes são nomeados pelo Presidente da República, com prévia aprovação do Senado Federal.
- c) os seus administradores possuem mandatos fixos como fundamento de sua independência administrativa.
- d) os seus quadros de servidores são regidos por regime jurídico estatutário peculiar.
- e) os que possuem poder normativo, ou seja, podem editar sobre matérias de sua competência.

51- Todos os itens abaixo definem aspectos da autonomia das agências regulatórias de infra-estrutura, em geral, exceto que

- a) podem efetuar compras e contratação de serviços segundo regime especial de licitação, nas modalidades de consulta e pregão, nos termos do regulamento próprio.
- b) não estão sujeitas ao controle por parte do Tribunal de Contas da União.
- c) não estão subordinadas ao controle nem pelos centros decisórios da política macroeconômica, nem pelos ministérios setoriais.
- d) possuem dotações próprias no orçamento federal.
- e) seus dirigentes só podem ser destituídos por condenação judicial transitada em julgado, improbidade administrativa ou descumprimento injustificado do contrato de gestão.

52- Sobre as parcerias público-privado (PPP), todas as opções abaixo são verdadeiras, exceto:

- a) As PPP admitem complementação de receitas por parte do setor público, de maneira a viabilizar o empreendimento a ser contratado.
- b) A lei das PPP é o regime predominante para as concessões administrativas, nas quais o usuário da prestação de serviço é a própria administração pública.
- c) Embora o governo delegue ao setor privado os aspectos mercantis do empreendimento contratado mediante PPP, mantém suas prerrogativas de planejamento, monitoramento e regulamentação.
- d) Nas PPP a alocação dos riscos é definida contratualmente entre a administração e os entes privados.
- e) As PPP podem ter como objetivo único tanto o fornecimento de equipamentos como de mão-de-obra, ou ainda a execução de obras públicas.

53- Um dos aspectos mais importantes para assegurar a autonomia que deve caracterizar a atuação das agências reguladoras é o que diz respeito às suas fontes de financiamento. Sobre esse assunto, analise os enunciados abaixo e depois marque a resposta certa.

- 1- Para suportar financeiramente a execução das atividades descentralizadas, a ANEEL repassa recursos financeiros provenientes do Tesouro Nacional e da Taxa de Fiscalização recolhida pelos agentes setoriais à ANEEL.
- 2- A Anatel, em sua proposta orçamentária anual e no plano plurianual, deve destinar recursos ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), bem como os valores a serem recolhidos junto ao Tesouro Nacional.
- 3- A ANA deve fornecer todo o suporte técnico para a cobrança pelo uso dos rios mas, de acordo com a Lei, é o comitê de bacia que decide sobre o valor, como e quando cobrar e sobre a aplicação dos recursos que devem retornar para a própria bacia.
- 4- São fontes de financiamento da ANP os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, as doações, legados, subvenções e outros recursos, exceto os decorrentes da venda de dados e informações técnicas para fins de licitação, que é proibida por lei.

- a) Apenas o enunciado 4 está certo.
- b) Os enunciados 1 e 2 estão certos.
- c) Apenas o enunciado 1 está certo.
- d) Apenas o enunciado 3 está certo.
- e) Os enunciados 2, 3 e 4 estão certos.

54- Devido às limitações impostas pela crise fiscal, muitos governos procuraram criar vias alternativas para viabilizar projetos de infra-estrutura e de provisão de serviços, como as parcerias público-privado (PPP). Sobre tal assunto, analise os enunciados abaixo e depois marque a resposta certa.

- 1- A parceria público-privado consiste em uma substituição da lógica da aquisição de ativos para uma outra, de compra de serviços, o que acarreta alterações fundamentais na estrutura de incentivo dos contratos.
- 2- Ainda que a lei brasileira enquadre as parcerias público-privado como uma forma de concessão, elas se diferenciam das concessões tradicionais devido à fonte de remuneração do parceiro privado.
- 3- Nos contratos de parceria público-privado a eficiência resulta da possibilidade de dispersar entre vários agentes, a elaboração de projeto, construção e operação de infra-estrutura, incentivando a otimização de custos e a melhor qualidade na prestação do serviço, sem prejuízo da dimensão estratégica do planejamento da política pública.
- 4- As parcerias público-privado representam a oportunidade de superação definitiva da restrição fiscal ao financiamento dos investimentos públicos em infra-estrutura e provisão de serviços.
 - a) Apenas os enunciados 1 e 2 estão corretos.
 - b) Apenas os enunciados 2, 3 e 4 estão corretos.
 - c) Apenas os enunciados 1, 3 e 4 estão corretos.
 - d) Apenas os enunciados 3 e 4 estão corretos.
 - e) Apenas os enunciados 1 e 3 estão corretos.

55- A partir da análise dos instrumentos de financiamento da infra-estrutura é possível afirmar que todos os enunciados abaixo estão corretos, exceto:

- a) "Project Finance" consiste em uma forma de financiamento de um investimento de capital economicamente separável, que tem no fluxo de caixa do projeto a fonte de pagamento dos empréstimos e do retorno do capital investido.
- b) Em um "Project Finance", a alocação dos riscos obedece a uma complexa estrutura contratual que segmenta e compartilha o risco entre o conjunto dos parceiros.
- c) Para escapar ao risco de contingenciamento e de execução em regime de precatórios a lei das PPP instituiu o Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas (FGP), com administração e gestão financeira totalmente livre do controle do governo.
- d) O modelo de "Project Finance" oferece amplos graus de liberdade, permitindo que cada agente se responsabilize pela parcela do risco que mais lhe convém e que pode melhor gerenciar.
- e) Ao contrário dos contratos de concessão, nos quais o risco de demanda recai sobre os concessionários, nos contratos de PPP o ente público mitiga o risco de demanda ou por complementação de receita fixa ou por remuneração variável.

56- A focalização significa priorizar políticas que assegurem um conjunto de produtos e serviços básicos para os grupos identificados como mais necessitados. Sobre a focalização, analise os enunciados abaixo e assinale a resposta certa.

- 1- Contribuiu para a segregação social dos mais pobres.
- 2- Requer a criação de uma metodologia e um aparato para identificar os realmente carentes.
- 3- Favorece a manipulação política dos beneficiários.
- 4- Aumenta os custos de administração das políticas sociais.
- 5- Favorece a formação de laços de identidade e solidariedade e a organização dos grupos mais carentes.

- a) Apenas os enunciados 1 e 3 estão corretos.
- b) Apenas os enunciados 2 e 4 estão corretos.
- c) Apenas os enunciados 1 e 5 estão corretos.
- d) Apenas os enunciados 2 e 3 estão corretos.
- e) Apenas os enunciados 4 e 5 estão corretos.

57- Ao longo da década de 90, fortaleceu-se no Brasil o consenso de que a pobreza existente – qualquer que seja a linha de pobreza adotada – é muito elevada para um país com a nossa renda per capita. Sobre as políticas de combate à desigualdade de renda e à pobreza todas as opções abaixo estão corretas, exceto:

- a) embora o gasto social atinja cerca de 1/5 do PIB, a desigualdade tem permanecido estável e, mais que o crescimento econômico, esta é a principal variável que contribui para a persistência da pobreza.
- b) a política social brasileira tem exibido baixa efetividade no combate à desigualdade de renda porque este não tem sido o seu objetivo central.
- c) apesar da política social brasileira ter grande impacto sobre a desigualdade de renda, este é pouco visível devido às tendências que operam no sentido do aumento da desigualdade.
- d) a política social brasileira tem exibido baixa efetividade no combate à desigualdade devido, em parte, à sua insuficiente focalização.
- e) a política social brasileira tem exibido baixa efetividade no combate à desigualdade de renda porque não tem como operar contra as forças de mercado, especialmente no contexto da economia globalizada.

58- No Brasil, o debate sobre pobreza, desigualdades e políticas sociais tem amadurecido nos anos recentes, levando a algumas importantes constatações, algumas delas expressas nos enunciados abaixo. Assinale quais delas são Falsos (F) ou Verdadeiros (V) e depois indique a seqüência correta.

- () Os dados disponíveis sobre os determinantes da desigualdade de renda no Brasil não são conclusivos, alguns apontando para deficiências educacionais, outros para a diversidade produtiva e para a discriminação social.
- () Embora a pobreza e a desigualdade de renda sejam fortemente afetadas por fatores macroeconômicos, como a inflação, sofrem pouca influência do mercado de trabalho.
- () O alto grau de desigualdade de renda no Brasil resulta principalmente da conjunção de uma economia em acelerado progresso tecnológico e um sistema educacional incapaz de gerar uma força de trabalho com a qualificação necessária para preencher os postos de trabalho.
- () Os principais determinantes da pobreza no Brasil são o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, os fatores demográficos e o acesso aos programas sociais.
- () A desigualdade da renda per capita no Brasil é muito mais revelada pelo mercado, expressando as heterogeneidades pré-existentes na força de trabalho, do que produzida pelo mercado.

- a) V-V-V-F-F
- b) V-V-F-F-F
- c) V-F-V-F-V
- d) F-F-F-V-F
- e) V-F-V-V-F

59- A análise de estrutura de gastos sociais do governo tem sido uma das mais reconhecidas bases para avaliação da política social. Sobre a política social brasileira nos anos recentes analise os enunciados abaixo e assinale a resposta certa.

- 1- O gasto com a educação historicamente apresenta um forte viés: quanto mais baixo o nível de ensino, onde é maior a proporção de pobres, menor é o percentual do gasto.
- 2- A previdência social absorve cerca de 60% do gasto social total em um país onde os idosos ficam em torno de 10% da população e apenas 10% deles vivem em famílias com renda familiar per capita igual ou menor que a linha de pobreza.
- 3- Na saúde o gasto com o atendimento aos mais pobres é relativamente menor, concentrando-se nos hospitais e postos de saúde públicos, do que com o atendimento aos mais ricos que são atendidos prioritariamente em clínicas e hospitais financiados pelo SUS.
- 4- Os mais pobres somente são atendidos prioritariamente quando se trata de programas de transferência de renda do governo federal: o de renda mínima, seguro desemprego, abono salarial e salário-família.

- a) Somente o enunciado 1 está correto.
- b) Os enunciados 1, 2 e 3 estão corretos.
- c) Os enunciados 1, 3 e 4 estão corretos.
- d) Somente o enunciado 4 está correto.
- e) Os enunciados 2, 3 e 4 estão corretos.

60- É consequência da estrutura do gasto social no Brasil:

- a) a redução da escolaridade média da população.
- b) a redução da competitividade da economia pela elevação da carga tributária.
- c) o alto custo do sistema de previdência social, com desestímulo ao aumento da poupança privada.
- d) a escassez de recursos para o financiamento da acumulação de capital humano.
- e) o incentivo à informalidade das relações de trabalho.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br